

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Sociais

Departamento de História

Curso de Especialização História, Sociedade e Cultura

Fernando César Auricchio Dias

O POSITIVISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

SÃO PAULO

2013

FERNANDO CÉSAR AURICCHIODIAS

O POSITIVISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Projeto de pesquisa na Pontifícia
Universidade Católica para obtenção
do título de especialista em História,
sob orientação da Profa. Maria
Auxiliadora Guzzo Dias

SÃO PAULO

2013

A república e o positivismo

Introdução e justificativa

“Nas últimas décadas do Império no Brasil, alguns intelectuais e políticos pensaram afirmar uma nova ordem política, restaurando o governo nacional de acordo com princípios modernos que julgavam encontrar nas ideias positivistas, buscando soluções de longo prazo para os problemas do país e fugindo de medidas imediatistas para a resolução de questões políticas cotidianas.”

Esse trabalho de pesquisa busca demonstrar o caminho em direção a um ideal republicano, com princípios positivistas; a teoria histórica, social e política criada por Augusto Comte foi seguida por Benjamin Constant e outros entusiastas da época, que tentaram colocá-la em prática no Brasil, tendo em vista um ideal de República que aliava objetivos de ordem e progresso na gestão governamental. Tais positivistas brasileiros pensaram, a partir das ideias de Comte, novas políticas públicas nacionais. Os ideais de ordem e progresso foram perseguidos durante o primeiro período republicano, embora um regime liberal federalista tenha vigorado então.

Tendo em vista que os positivistas brasileiros conseguiram imprimir um imaginário para a República que se organizava, embora nunca tenham ocupado o poder, esse trabalho busca resgatar as práticas positivistas e sua influência nos primórdios da política republicana brasileira, que acabou por se enquadrar em um modelo federativo, descentralizado política e administrativamente.

O objetivo último desse trabalho é relatar o plano ou a plataforma política de alguns republicanos, inspirados pelo positivismo de Comte. Com a teoria científica comtiana, pretenderam o controle da sociedade brasileira, através da manipulação e imposição de um ideário positivista.

Deve-se, entretanto, observar que as suposições políticas positivistas vieram a coincidir, em suas origens, com um império já cansado e bastante desgastado em seu conjunto, que estava prestes a ruir. Na contra corrente, difunde-se a sociologia de Comte no Brasil: uma doutrina política e ideológica que parecia servir aos acontecimentos, que tomavam rumos díspares no país. Entusiastas identificavam-se com a doutrina, essa nova idolatria da razão humana, e levando-a à frente, foram propostos planos para uma nascente plataforma de governo: republicana e de dimensão positiva.

A maneira de se compreender como deveria ser feita a política republicana, com princípios positivistas, é a maior entre todas as problemáticas desse trabalho de investigação. Na segunda metade do século XIX, o país já tendia a adotar ideais científicos para as suas esferas políticas e sociais de gestão, pela insatisfação da população, que se via acorrentada por práticas monárquicas excludentes. O regime monárquico brasileiro estava ancorado no princípio da hereditariedade política e os parlamentares não representavam os anseios da maioria das forças populares.

Na apresentação desse projeto se quer deixar clara a sua intenção: perceber como as ideias positivistas estiveram presentes nos desejos das primeiras forças republicanas no Brasil. As ideias positivista foram como que prolegômenos do novo regime político instaurado em 1889 na nação.

No ocaso da monarquia brasileira percebiam-se vários problemas: falta de um sistema consistente de instrução pública, desigualdade social, participação política de poucos, etc.

Na primeira constituição da República, a de 1891, foram encampados princípios positivistas, ainda que se consagrasse a forma republicana liberal e federalista. Não por acaso essa constituição ficou conhecida como “Benjamin Constant”.

A restauração política do governo brasileiro foi pensada com a derrubada do regime monárquico e o advento de um regime republicano apoiado nas premissas positivistas, que pudessem atender os reclamos gerais de maior progresso material/econômico e estabilidade política. Instaurou-se, entre outros projetos políticos vigentes à época, o que contemplava a instituição de uma república federativa para o país. Como bem demonstrou José Murilo de Carvalho havia pelo menos três propostas políticas em jogo: a de uma república de cunho militar/corporativista, a de uma sociocracia positivista e a de uma república federalista, inspirada nos ideais norte-americanos de governo.¹

Na luta que se travou entre os vários projetos políticos que pensavam dar forma à República, destacou-se a atuação teórica e prática dos positivistas brasileiros que adaptaram as ideias de Comte ao quadro real do país, esperando fundar um novo regime que pudesse atender às necessidades do território nacional.

¹ CARVALHO, José Murilo – *A Formação Das Almas – O Imaginário Da república No Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Uma tarefa pensada, não nos modelos já existentes, mas em um modelo elaborado sobre o conhecimento científico. Na ótica positivista, o regime monárquico correspondia a um regime político retrógrado e de retrocesso econômico e social. Do ponto de vista dos positivistas republicanos brasileiros só uma sociocracia resolveria os muitos dilemas brasileiros do período.

O presente trabalho tem como objetivos primários: recuperar o positivismo brasileiro nos primórdios da república no Brasil; verificar a efetividade ou não das ideias e ações positivistas para a construção da nova ordem republicana no país; entender como a teoria científica do positivismo foi reelaborada no vasto território nacional.

A plataforma criada por Benjamim Constant foi à busca de soluções para os seculares problemas brasileiros. Recuperar a trajetória política dos positivistas, militares e civis, é uma das metas desse trabalho de pesquisa, a fim de mostrar a sua conduta no apogeu do positivismo. Tendo como fio condutor uma teoria científica, esses brasileiros pensaram que poderiam mover todo um país no estabelecimento de uma ordem social que levasse ao progresso.

Imbuídos pelas ideias evolucionistas e lineares de Comte, o grupo dos positivistas brasileiros julgou ser possível ultrapassar os estágios, teológico e metafísico, da sociedade nacional, para chegar ao estágio social positivo, com a implantação de uma ordem republicana conformada aos princípios positivos.

Objetivos e metodologia

A criação de um projeto, um tanto teórico, pode parecer uma iniciativa audaciosa e ambiciosa.

Na problemática central, pretende-se dar conta das principais características da monarquia brasileira, para verificar quais os seus problemas mais contundentes, de modo a entender as críticas positivistas ao regime monárquico e os seus objetivos de combate ao mesmo.

Propõe-se também produzir uma síntese crítica do positivismo no Brasil, a fim de distinguir as especificidades da teoria de Comte no país. O que se manteve ou se

descartou do pensamento comtiano na prática positivista nacional nas décadas finais do século XIX e nos inícios do século XX?

Perceber como a teoria positivista de república se diferenciava das outras teorias que também propunham o modelo republicano para a gestão política da nação brasileira é outro objetivo desse projeto. Afinal, o projeto de república que acabou vigorando no país, a república federativa, não contou com a participação do povo, como ocorreu com a implantação da república federativa nos Estados Unidos.

É evidente que a problemática ainda está bastante especulativa; sabe-se que os planos políticos para um novo Brasil republicano não supriram todas as necessidades e carências populares, e nem mesmo de outras frações da população nacional.

Mesmo que com a ausência do povo, a nova plataforma política veio ao encontro de anseios populares? Essa problemática, como ponto central para elaborar questões cabíveis, foi a busca de respostas que mostrassem a supremacia do regime republicano sobre o monárquico na resolução das necessidades do jovem país brasileiro.

A hipótese fundamental nos mostra que os vários ideais republicanos visavam combater as estruturas coloniais que ainda presidiam o império, pelo menos até a abolição da escravidão.

A demarcação dos pontos principais para entender a nova égide política brasileira deve ser agora melhor esclarecida no projeto. Pensa-se, em suma, na formulação e execução da teoria do positivismo no país; nas práticas de uma política positiva, fundamentada em Comte, norteadas por um princípio científico, princípio que foi levado a cabo por Benjamin Constant, em suas propostas e ações.

Buscar, o mais objetivamente possível, o avanço e o progresso das instituições republicanas sobre as antigas instituições monárquicas, na conformação de uma nova ordem social para o Brasil, é um dos fios condutores desse trabalho. A república estabelecia, diferentemente da monarquia, que todo o poder emanava do povo. Até que ponto a política republicana, também calcada em ideais positivistas, foi bem-sucedida?

Fontes

Para responder possivelmente à problemática central, pode-se destacar algumas fontes:

1. Periódicos, positivistas ou não, de oposição à monarquia brasileira; claramente a insatisfação da população ao governo que estava em vigor, com práticas extremamente pessoais na administração dos negócios públicos, um exercício que formalizava a continuação hereditária de parlamentares no poder público, levou à constituição de um pensamento oposicionista expresso na imprensa da época. O questionamento popular se tornava claro à medida que os periódicos do período passaram a questionar e a entender o panorama político da época; suas manifestações eram tidas como um meio científico para uma nova conduta política para a nação, na medida em que conscientizavam a população. A imprensa do período em questão, final do Império e início da República no Brasil, se constitui, assim, em uma das fontes a serem utilizadas na pesquisa.
2. Escritos de autores positivistas.
3. Escritos de Benjamin Constant.
4. Jornais positivistas existentes no Rio de Janeiro e São Paulo.

A metodologia a ser utilizada repousa nas premissas da história das mentalidades e da nova história política.

Discussão Bibliográfica

A bibliografia utilizada vem ao encontro da solução, e do entendimento da nova constituição política brasileira, trazendo um panorama geral, desde seu processo de formulação até o novo conjunto de fatores baseados em uma teoria científica, para a resolução da nova organização política, que conformaria o país a partir de 1889.

Um apanhado da nova legislação política nacional é apresentado, bem como uma síntese da conjuntura que tratou de estabelecer uma junção entre a prática e a teoria positivistas para fins políticos. A ciência que trazia consigo um novo ideal político caminhou por entre determinadas épocas, trazendo com ela uma nova inspiração de ordem de desenvolvimento sociopolítico, e com ela arrebatando, novos idealizadores e simpatizantes da doutrina positivista, que inspiraria nova ordenação social.

Como as fontes nos mostram, por parte da mídia e da população, já havia uma iniciativa de almejar fins melhores para a nação. Porém, o que nos leva ainda mais a fundo na questão política é o que foi demonstrado por Benjamim Constant, um dos líderes da tomada do poder republicano e da proclamação da República. Constant, um professor, via na física social e na matemática a conjunção de aspectos políticos.

Dispõe-se de uma bibliografia um tanto antiga, escrita há muitos anos, para uma interpretação do atual trabalho que visa, voltando à época, perceber as razões promotoras do ideal republicano, baseado em linhas positivistas dotadas de certa genialidade, uma vez que caracterizaram a política brasileira como conservadora do ponto de vista da teoria e práticas políticas, buscando novo padrão político-administrativo para a nação.

Imprescindível citar o idealizador de tal momento, o Marechal Deodoro da Fonseca, do grupo corporativista do Exército que enxergou a República como instrumento de consolidação dessa corporação militar. Existiram também outros idealizadores de uma nova formação social no Brasil. Entre eles, um dos mais ativos foi Benjamim Constant, que já articulava em seus trabalhos, obras de cunho político, a constituição da nova ordem vigente: a república federativa nacional. Esse trabalho nele se espelha, como um proclamador ativo da problemática do trabalho, pois pensou através de ideias positivistas uma nova ordenação política para o país.

Esse idealizador proporcionou uma perspectiva positivista para o novo regime republicano que se pretendia instalar no Brasil. Ele foi um proponente da teoria e da prática, positivistas, para o território nacional.

Uma bibliografia difícil, porém encorajadora, na medida em que esclarece a trajetória das ideias positivistas no Brasil, desde sua chegada ao país, até a consecução de determinados princípios positivistas que foram consagrados, paradoxalmente, na constituição brasileira de 1891, eminentemente descentralizadora e liberal.

Podemos destacar obras que pretendem formar e legitimar ordem positivista no Brasil. Duas correntes de pensamento diferentes, o positivismo heterodoxo de Paul Laffite e aquele ortodoxo de Émile Littré, foram determinantes e impulsionadoras do desenvolvimento da política nacional, além de conquistar almas já prontas a aceitar novo panorama político na época.

Como determinante para o trabalho, como idealizador da doutrina e prática do positivismo brasileiro, podemos destacar Benjamin Botelho Constant, que em algumas de suas bibliografias, traz a execução da doutrina colocada em prática, o que auxilia nas hipóteses dessa investigação.

Muitas das obras escolhidas remetiam, como fator central, à chegada da doutrina positivista ao Brasil, mas não como Constant, que colocava tal doutrina científica em prática na política. Assim, levando em consideração a atividade política de Benjamin Constant, percebe-se que sua obra aclara o percurso positivista no Brasil, sendo ele o principal intérprete do positivismo Comtiano no país: a busca de afirmação da teoria na prática.

Bibliografia

CADERNOS DO CNLF. *O vocabulário dos positivistas Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. XIII, n.4, p.1054-1066, 2009.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das letras, 1990.

HOLANDA, C. B. *A questão da representação política na primeira república*, Caderno CRH, Salvador, v.21, n52, p.25-53, jan./abr. 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, *O Tiradentes*, São Paulo, 5 de set. 1886.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, *O Patriota*, Santos, 15 de mar. 1889.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, *O Culto a Sciencia*, Campinas, 7 de abr. 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO E RODRIGUEZ C, *O Ideal Republicano de Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, 1936.

LAFFITE, P. *Paradoxo da Igualdade*, Rio de Janeiro, Edições da Organização Simões, 1953.

LINS, I. *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.

MARTINS, G. P. *Pensando o Positivismo*, CSONline Revista Eletrônica de Ciências Sociais, São Paulo, ano4, Ed.9,p.68-88, jan./abr. 2010.

NETO, C. B. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro: Edirora Leuzinger 1940.

SILVA, J. C. *Utopia Positivista e instrução Pública no Brasil*, Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.16, p.10-16, dez. 2004.

SOARES, P. M. *O Positivismo no Brasil*, Porto Alegre: Editora AGE, Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

SOUZA, N. P. B. *O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista de positivismo e do evolucionismo*, Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.173-184, jul./dez. 2007.

Resumo

Dentro deste resumo foram expostas obras que legitimassem o propósito do projeto como um todo, a constituição de uma república brasileira sobre os pressupostos do positivismo das obras de Augusto Comte e seus desdobramentos dentro da política. Como principal influência na escrita, utilizei de Benjamin Constant, sendo sua grande obra a de um *ideal republicano*. Passa a relatar práticas positivistas para o estabelecimento de uma ordem de consentimento político.

A caracterização do positivismo como um esforço da humanidade em direção ao progresso material ou como um ideal baseado em pressupostos científicos foi importante para a prática política na transição do Império para a República no Brasil. Foram adotados os princípios positivistas para uma idealização da política na república brasileira. Uma proposta baseada em uma fé fervilhante: a regeneração do quadro de disparidade que encontrava-se na política nacional brasileira.

O esclarecimento de eficaz disposição para uma sociedade melhor, pode-se encontrar em idealizações de valores objetivos de uma sociedade manejável a analisável como assim indica Augusto Comte. Mas sim também uma proposta para a humanidade,

entendendo que bons governantes condicionam atos, e esses podem ser objetos científicos, que podem perdurar por um só princípio dentro da ordem e do progresso.

Comte propõe o ideal da ordem e progresso, tratando um por fundamento e o outro por destino; é claro que isso só poderia ser demonstrado pela ciência, que justifica as análises dos fenômenos sociais, comprovando-os, e que servem de todo aparato para uma política progressista. Segundo Comte, toda a natureza humana procura o progresso, pois como o homem tem de satisfazer suas necessidades básicas em um ambiente de sociabilidade, a forma da ordem e progresso seria ideal. Comte usa conceitos evolucionistas para determinado fim político.

A ciência como fundamento vem a nos servir de um instrumento prático para o reconhecimento social. Um estudo social pode ter várias formas. Deve reconhecer etapas postas e sobrepostas para identificação da sociedade e também para seu manuseio. Essa é uma fortitude (?) dificilmente alcançável de forma analítica (?). A proposta de Augusto Comte vem nos mostrar uma forma sintética de análise social, e seus princípios positivistas podem ser levados à conformação de outras sociedades.

A busca de ideais necessários para a constituição de um governo pleno de ordem foi alvo do pensamento positivista. Os ideais positivistas deveriam ser as condições de formação e direção para os governos. Isso para engrandecer um Estado Nacional, que se encontrava ultrapassado no Brasil, apresentando péssimos hábitos políticos. Os positivistas propunham um modelo republicano autoritário para reformar uma monarquia falida.

O julgamento de homens passaria por uma questão transitória, uma evolução social, por um processo, segundo o evolucionista Comte. Para os possuidores do poder espiritual, o reconhecimento e consagração, pertenceriam à posterioridade. Apenas os sucessores do processo social viriam a reconhecer tal poder. A identificação dos traços de uma construção social viria como um progresso da raça. Quando seus atos são plenos, podem ser vistos por moção de força, sabor, paixão e sentimentos do espírito. É mérito daqueles que caminham, tendo a ordem por fundamento e o progresso, como destino.

É de se admitir que pode-se determinar, através de análise, que os homens são levados condicionalmente a deliberar seus atos por motivos corruptivos, quando atuam, em uma determinada vida social coletiva, de forma retrógrada ou

revolucionária. Seriam uns poucos os que deteriam o discernimento e a visibilidade, cientes do encadeamento entre futuro, passado e presente.

Os entusiastas republicanos não descaracterizam formas dignas, para pleitear um espaço político. Antes, buscam angariar boas condutas em prol de uma nação audaz. Apesar de uma crítica pesada ao atraso de um país que, embora novo, anseia por uma nova organização, propõe-se a comunhão de um estandarte republicano. A República teria em vista uma organização politizada, para a benfeitoria dos estados federativos brasileiros.

A separação do poder espiritual do poder temporal era pensada como medida saudável pelos republicanos. Da parte espiritual, bastariam as ideologias correntes de formação e ensinamento para constituição de um indivíduo são. A forma temporal, arraigada com o próprio estado de administração pública, proporcionaria, assim, uma das características básicas para o enfrentamento diário da nação. Formar uma república que venha sanar toda a patologia crítica do governo monárquico, na medida em que se entender que não foi adequada ao momento histórico. Seria assim colocada uma nova prática política nacional, por parte do republicanismo.

Analisando o contexto excepcional da origem do povo brasileiro, poderemos identificar nesse contexto, as almas que extraem suas individualidades particulares de uma autonomia mental e moral, capazes de compreender a realidade social de uma finalidade superior de civilização.

No entanto, alguns laços ainda enraizados ao antigo ocidente dificultariam a continuidade de soluções a problemas de uma nova ordem, problemas normais de identidade de cada pátria que precisaria evoluir politicamente. Problemas que podem ser colocados em evidência para os preceptores, que os reconhecem como problemas religiosos enraizados no tecido social. Um magno problema humano, por sua concretude fixada a elos passados. Esse problema deveria ser resolvido, pois alienaria indivíduos de um povo ou nação.

Pretensiosas condutas de desvalorização científica, imprópria a conjecturas de avanço ao plano idealizador de uma nação, que bem estabelecida e enquadrada na disciplina positivista não passaria por desencontros. Por um lado, não há de subjugar tais critérios de informalidade, pois não tinham pretensões de reter criminosamente a

marcha em ascensão de progresso. Simplesmente acorrentavam o presente ao passado, ou seja, não impediam a sociabilização de outros caminhos de escolha, a obtenção de um futuro prospero; apenas delimitavam o progresso e a expansão de um Estado digno fundamentado no bem-estar social.

Porem compreende-se que uma luz de ascensão ao ideal supremo seja válida por demonstrar-se teoricamente. Essa luz poderia ser a do positivismo, que capacitaria indivíduos. Essa luz surgia para um povo formado de fusões de raças, que determinavam traços indômitos de elementos nacionais, propiciando o surgimento das ideias magnas de uma independência e de uma república, características impares de um prelúdio a uma nova secularidade exponencial de ordem. Uma estrutura galvanizada própria, de um forjamento ao nível da nação federativa Brasileira.

É fato que república brasileira não foi fundamento legítimo nacional. Precisou de apoios e suportes para entender que uma politização funcional de elementos prováveis à consolidação de um ordenamento legítimo deveria contar com a observação e comparação de outros regimentos, levando em conta os personagens próprios para a construção de um feito como a República. A par de determinados fins políticos, sofreu influências de outras constituições e mais ainda, a forte política aconselhada por Augusto Comte, para sua consecução.

Para a proclamação da república, os adeptos do republicanismo, não mediram esforços em sua luta no Brasil. A luta pela república empolgou vários grupos que tentaram impor seu próprio ideário republicano. Os positivistas, por exemplo, tinham uma pauta específica que contemplava, entre outros pontos, a liberdade espiritual e a separação da Igreja e do Estado na nação brasileira.

Uma das correntes que lutou para a instalação do regime republicano no Brasil inspirou-se no modelo norte-americano de República, que propunha a forma federativa de governo. Esse projeto de República partiu de elites brasileiras liberais, especialmente àquelas ligadas ao café. Foi o projeto que acabou sendo adotado na República proclamada em 15/11/1889.

Tal resultado não surpreendeu os positivistas que, desde o império, mostravam a potência orgânica do nosso republicanismo. Julgavam que não bastaria uma

mudança de regime político no país, mas, principalmente, o saneamento das instituições políticas e uma reforma profunda no país.

Bem-intencionados, tais homens viram que “a enfermidade” política do Brasil não se resolveria com homeopatia, com simples remédios. Em seu entender não bastava a mudança de forma de governo para conseguir a regeneração de que a sociedade carecia. Para eles, apenas o positivismo, baseado na ciência, resolveria os problemas e mazelas nacionais.

Em segundo lugar, sem esperar os efeitos científicos do avanço geral da ciência, seria aconselhado aos republicanos brasileiros melhorar a aflitiva situação, unindo seus ideais de organização política, fundados no trabalho de Augusto Comte, para a elevação espontânea de ascensão gradual da doutrina destinada ao reorganizar a sociedade.

No entanto, não foi isso, de fato, o que sucedeu. Deixaram que prevalecesse o ideário republicano norte-americano. A corrente norte-americana predominou sobre a positivista quanto à Constituição federal. Porém, nem em tudo se prevaleceu o modelo norte-americano, tanto que o estatuto político do positivismo foi parcialmente encampado na constituição Republicana de 1891. Realmente, foram várias as ideias positivistas adotadas na primeira constituição republicana brasileira: separação da Igreja e Estado; secularização dos cemitérios; educação laica; instituição do casamento civil; estabelecimento do registro civil, etc.

Infelizmente, como um esboço grosseiro e empírico, a assim chamada ditadura positivista republicana não vingou. A sociocracia proposta pelos positivistas não se efetivou.

Seria através de uma república fundada em parâmetros conservadores e progressistas, tal como Augusto Comte propunha, que o Brasil poderia ser conduzido pacificamente para a sua reorganização social definitiva.

Foi com intenções de uma marcha linear e evolutiva de desenvolvimento que convinha à república brasileira, sempre tendo como referência as ideias do fundador do positivismo, Augusto Comte, que os positivistas brasileiros lutaram. Pensaram eles que o modelo político positivista vinha ao encontro da nação. Tendo

cientificamente deduzido o porvir a partir do passado e do presente, julgavam-se detentores da verdade.

O pensamento político não se esgotou; pode ser pensado hoje em dia.

É mesmo evidente que a república parlamentar mostra-se deficitária. Para aspirar uma nação de bem-estar social, conviria, cada vez mais, uma república ditatorial, conduzida por um governo forte e estável que saiba distinguir ou conciliar as necessidades de paz social com as da liberdade, a ordem com o progresso. Soluções políticas sistemáticas de um positivismo operante podem ser pensadas mesmo atualmente.

Mas o interesse em difundir as luzes positivistas cabia aos discípulos de Comte, os apóstolos da humanidade, diferentes em tais tempos, porém aptos para servir de ponte de aconselhamento aos governantes e governados, com um propósito de um bem geral.

É preciso reconhecer que a república brasileira deveria se basear em uma constituição política definitiva e imutável. Toda essa perspectiva é de fato legítima, devendo ser levada a sério.

Nenhuma pessoa poderia desconhecer o estado em que se encontrava a monarquia brasileira, ligada à dinastia portuguesa.

Contrária à realidade monárquica, a doutrina positivista vinha discutir o império, e, ao mesmo tempo destroná-lo, colocá-lo abaixo, em circunstâncias da inteligência e dinamização adequadas. O positivismo estava disposto e pronto para estabelecer uma comunidade de opinião capaz de prescrever com eficácia os rumos de um governo para todos os membros da sociedade, estabelecendo seus ditos deveres e direitos.

A filosofia da história, fundada por Augusto Comte, mostra a monarquia como um estado mental e moralmente atrasado. Levado a todo conjunto social, causaria uma decadência inevitável. Comte criticou profundamente o sistema feudal católico e também o Antigo Regime, que foi derrubado pela Revolução Francesa.

O positivismo afirmava a necessidade de uma sociedade governada pela razão, explicando o advento temporal republicano como determinação histórica. Só através do positivismo pode-se distinguir um estado republicano de um estado monárquico.

Segundo Augusto Comte, o criador do positivismo, são necessárias três condições para a consolidação de um governo real republicano. O regime político deveria ser:

Republicano e não monárquico

Ditatorial e não parlamentar

Temporal e não espiritual

Para um bom senso público e científico, os positivistas propunham o fim do império, a tomada de poder por republicanos. Seria retrógrado não partir de pressupostos de legitimação republicana.

Enquanto as sociedades estiveram na fase teológica e metafísica não caminharam em direção à razão, à ordem e o progresso.

Para que uma sociedade consiga atingir o ponto de uma sociocracia, assim designado o termo final de evolução humana, é necessário que a sociedade tenha passado pelas fases, teológica e metafísica. Para fundar uma sociedade de ordem e progresso social, os elementos teocráticos deveriam ser dissolvidos, pois deveria vigorar uma separação entre política e religião, entre poder civil e religioso.

O fim deste estado teocrático e metafísico, veio com a revolução francesa, que abolindo a monarquia, terminou com a sociedade estamental fundada em privilégios sociais. Esse avanço na dissolução do governo monárquico permitiu um progresso humano; esse avanço mental político e social, acompanhado da separação entre poder laico e religioso, entre os poderes espirituais e temporal, são os aspectos que afirmam a nova condição de uma evolução humana em um sentido científico.

A derrota da monarquia não vem a esfacelar-se sozinha, mas por um conjunto de fatos, por atos de uma filosofia fundada em uma continuidade histórica. Uma filosofia fundamental, que vem a acrescentar novos paradigmas modais às ordens públicas, um caminho traçado por perspectivas não derivadas do arbítrio. A nova

forma de organização social torna-se necessária, ainda, para a continuidade desse novo círculo de práticas públicas, ordenadas e pensadas para concluir e atender novas perspectivas de um novo horizonte sociopolítico. Essa nova proposta foi pensada no plano brasileiro, e trabalhada para estabelecer uma sociedade de ordem e progresso, de passagem da teocracia a uma sociocracia.

A exclusão irrevogável da monarquia, e o banimento total de uma magistratura hereditária, é o ponto final, segundo o qual o positivismo ditará seu último golpe para proclamação da república. O advento do estado republicano pode ser congratulado, no entender do positivismo. Uma justificativa positiva na transformação do antigo e reinante domínio monárquico. O destino republicano é a meta do positivismo.

Em suma a república vem à frente estabelecendo o poder de todos sobre o poder de uma classe social ou grupo. Ao poder, assim instituído, cabe o ordenamento do bem comum nacional. Nesse caráter a república é criada e proclamada por Marechal Deodoro da Fonseca, em um ato nobre justificado por se fortalecer através de uma ideologia qualificada, na sua ordem positiva.

O designo do nome república faz jus ao seu ser, como unidade digna de uma eminência social, não particularizada pelo interesse da resolução de problemas sociais, mas como facilitador no auxílio dessas questões não tanto como uma questão de competência, mas um meio agilizado para fins sociais, incumbidos sobretudo em instaurar os interesses que tomam lugar nessa nova ordem, sem desprezar os interesses de incorporação do proletariado à sociedade brasileira.

Os estadistas republicanos teriam por destino dirigir a república, em primeiro lugar, absorvendo os interesses conciliar da massa social e de uma grande fração de proletários daquele século, que em um estado de sofrimento, esperavam um antídoto para suprir seu desamparo. Esta nobre causa era de simpatia e de bondade, destinada a se desprender dos interesses particulares de uma burguesia, obcecada na busca capitalista, muitas vezes deixando operários ao desamparo. Na proposta positivista a burguesia estaria condenada a desaparecer pelas ideias positivas. Os dirigentes industriais deveriam elevar a grande massa de proletariados, utilizando suas forças na realização do bem comum. Apenas sob essa égide de condições verdadeiras diante da

renúncia da monarquia, é que os chefes da república poderiam obter um triunfo, conquistando a simpatia popular, requisito básico para uma estabilidade de governo.

Como segundo requisito apriorístico para a instauração de uma república eficaz, e para a formação de uma sociedade de ordem e de progresso, deveria se instaurar uma forma ditatorial de governo, eliminando formas de interesses revolucionários burgueses, e o parlamentarismo.

Essas afirmações resultam de uma filosofia republicana. Augusto Comte demonstrou o perigo do regime parlamentar para a França. O parlamentarismo convinha exclusivamente apenas ou, só então, à Inglaterra. Essas ideias de Comte ressaltam da sua comparação admirável da evolução social desses dois países.

Na Inglaterra, por um conjunto de acontecimentos particulares, entre eles as invasões Saxônicas e Normanda, as lutas sob um antigo regime, produziram efeitos nos poderes de sua constituição. Na centralização do governo na Inglaterra tornou-se evidente o fato das duas comunidades alinharem-se à nobreza atingindo o poder central. Quem vence é a ditadura aristocrática, uma verdadeira dominação de castas. Desses acontecimentos foi que se originou um regime parlamentar, que vem seguindo sua marcha até hoje. Essa iniciativa política da nobreza não foi desperdiçada; com suas articulações e habilidades políticas fez desse feito um único meio de tomada de comando, assegurando o isolamento e o egoísmo industrial, misturando seus interesses aos da população, o que cristalizou ainda mais o regime. Esses fatores históricos mostram a força e a estabilidade do parlamentarismo inglês, que obteve êxito sobre todo um meio social.

O que se deve deixar claro é que o parlamentarismo nada tem a ver com o regime republicano, e só teve indícios na Inglaterra, na dissolução passageira do regime, sobre o comando de Oliver Cromwel.

Fica registrada a crítica ao sistema parlamentar, condenado por vezes diante de um sistema republicano que serviu tantas vezes como pano de fundo de organizações políticas. Um sistema condenado e que tem por alicerces a nobreza que o sustenta, com maior avidez em muitos países. Porém, uma forma já ultrapassada para legitimar o bem público, o bem comunal. Não pode ser considerado um poder real e estável de governo.

Fica a entender por quais condições o governo brasileiro veio a imitar um sistema político, tão contrário. Isto pode ser explicado com a teoria de Augusto Comte. O movimento de decomposição do antigo regime foi mais veloz que o regime de recomposição ou elaboração de elementos do regime final, positivo.

Na impossibilidade de construir um regime político, o governo brasileiro, sem mais a fazer, adere e aceita o parlamentarismo americano, dessa maneira fortalecendo o poder central, fonte una de um comando Assim, este sistema parlamentar adentra pelas portas da frente na política brasileira.

Na França, como em todo continente europeu, foi o regime da realeza que esmagou e subordinou o poder local, através de seu poder centralizador, sob comando da aristocracia. Toda tentativa de superar essa forma pesada de governo, neutralizando qualquer movimento popular, inclusive as famosas comunas, que também deixaram suas contribuições na história, agrupou-se em torno da monarquia, acreditando sempre em uma possível subida de governo, em uma ascensão de servir como um suporte favorável. Assim foi instaurada a ditadura monárquica, que rumou para o progresso, não comunal. Com princípios próprios direcionou o caminho da pátria Francesa, até o momento em que se transforma em força obsoleta, desde a segunda metade do governo de Luís XIV.

Diferente da Inglaterra, na França, os poderes locais ganhavam e tomavam forças proporcionais cada vez maiores. Porém, todo poder era centralizado, o que foi restringindo o progresso social, com a dissipação da nobreza. Mas os pontos eram dados pela vertente republicana, em seu acompanhamento pelas transformações que iam acontecendo dentro do contexto sociopolítico. Para efetivá-la, seria necessária a transformação da natureza governamental, substituindo a ditadura monárquica por uma ditadura republicana.

Sendo claro que os antecedentes históricos de um país contribuem de forma significativa nos procedimentos futuros, a partir de uma perspectiva de evolução social na forma política. A preponderância de um poder central impõe seu círculo de consciência sobre o poder local. Essa forma de dominar os outros campos da política é uma forma errada, que mostrou sempre uma perspectiva atrasada, acabando por esgotar toda a legitimidade da influência da população. Querer conduzir a sociedade por esse meio é ir de encontro a antecedentes históricos.

O que podemos esclarecer sobre isso é que o parlamentarismo, como uma forma de governo que gera opiniões diversas, com princípios particulares, conjugando o trabalho e o bem-estar social, não é ou foi um aparelho de destruição. Apenas foi uma forma particular de governo de transição. Desde então, a história nos mostra que esse tipo de governo, arraigado a um regime central, só serviu de bloqueio e atraso à ordem e ao progresso humano.

É fato que o governo parlamentar serviu como bloqueio à ordem e ao progresso, sendo que as assembleias formaram-se de fragmentos do antigo regime em vigor, sistema que vinha ao contrário do que seria o poder republicano, com sua dinâmica exemplar na condução de uma política caracterizada principalmente pelo seu componente científico, adequado para entender o social e próprio para esclarecer dificuldades.

A articulação do governo parlamentar, que foi formado por letrados e os detentores do conhecimento, fez dele uma prática tendenciosa, uma política direcionada aos interesses de classes, persuadindo o restante da população de que as assembleias seriam a formação constitutiva de um estado republicano, fato esse às avessas, já que a confrontação de dados nos remete ao direcionamento legítimo de uma conduta no benefício de classes.

Sem esmiuçar esse caráter de privilégios, basta dizer que o estado formado por classes letradas, evocava ainda a questão do regime universitário, afunilando os ideais do poder espiritual na formação das pessoas, digno de uma questão hereditária na aquisição de novas letras, ancorada no princípio burguês. Problemas de vaidade entrelaçavam questões da constituição moral e social da nação.

Foi sob esse comando que a elite e burguesia seguiam, de mãos dadas, sustentando esse meio gélido de superposição na autonomia das questões relacionadas ao Brasil.

Assim atingindo sempre forma de política antirrepublicana, que se exprime na forma de uma natureza individual para expressar seus anseios, e limitar cada vez mais a opinião pública forte, como um fio condutor que passa do começo ao fim, sem deixar qualquer milímetro para trás. Essa plena confiança e extrema irresponsabilidade que partem dos governos sobre os governados, não deixam a força

de expressão da massa, que poderia vir a somar, contribuindo cada vez mais com seus braços e cabeças, na direção de um regime republicano.

Mostrou-se clara e irrevogavelmente a iminência antirrepublicana no parlamentarismo. Esse regime, nos diz que em sua totalidade houve falhas, mas relembro novamente o ímpeto de que existiram pessoas, dignas de serem conclamadas por seu ímpeto partidário.

O que podemos comprovar com tal regime atrasado, a história se incumbe de contar. Pode-se entender e salientar que os anos de tal regime retrógrado, como o império e a monarquia, encontravam-se impotentes e despreparados para uma função tão nobre, como a administração de um governo digno. Salienta-se a incapacidade de um fluxo e concatenação de ideias, que fossem produtoras e produtivas para alcançar resultados políticos satisfatórios e audazes para garantir a posição das massas.

Mas devemos legitimar a propriedade das massas.

A ditadura levada a cabo seria uma onda que se arrasta até atualmente, talvez porque o povo possa se encontrar em uma situação de impotência diante de um regime controlador, não deixando qualquer alternativa para uma virada drástica de comando. Pode ser até que essa classe venha preferir uma voz enganadora, individualista que pensa sempre no valor de seus interesses. Dessa forma, a massa passa a criar fenômenos sociais, onde cidadãos se aglomeram e aglutinam em torno um determinado carismático líder.

Pode ser que determinada massa tenha sido condicionada por tanto tempo, que continua sem legitimar alguma forma benéfica de poder. Mas ao longo de sua história, parece que se não houver um líder, apto a destronar o regime vigorante, talvez, a massa continue a navegar à deriva, sem objetivar uma legitimidade de participação, servindo apenas de ferramenta aos que se encontram no topo da estrutura parlamentar e social. Fato que nos convence que suas atitudes deveriam ser repensadas, para a saída dessa clausura sem fim.

Possa ser que as palavras de Augusto Comte venham a ter utilidade, quando afirma que “só uma ditadura republicana, e, por conseguinte progressista, pode governar evidentemente, até a sua próxima reorganização moral e social”. Essas

palavras vêm ao encontro da situação encontrada, pelo fato da distorção parlamentar nas vias públicas.

Consolidada por antecedentes, a ditadura é estabelecida acima da república. Somente em uma personificação do poder, as forças adversas podem entrar em embate com a estabelecida ditadura, porém esse embate pode partir da não legitimação da concentração de poder político.

As forças republicanas não teriam poder suficiente para combater a ditadura, a não ser no surgimento de uma força muito carismática, uma personalidade que se comova e repudie o descontentamento de tal ordem. Um embate de forças seria uma das poucas saídas que a ordem republicana poderia consentir, atribuindo uma nova força de governo político, podendo salvar a população e massa de operários, que encontravam-se em pleno desconsolo.

Em nome da ordem e progresso, de uma legitimação republicana, em particular do partido republicano, deve-se concentrar suas forças nos estadistas republicanos, para garantir a dedicação a tal causa. O devido estadista republicano, devera segundo Augusto Comte, obter a concentração do poder político, não permitindo a câmara, se não através de ofício, manifestar-se, “A sutileza metafísica que distingue as leis e os decretos”, diz o fundador do positivismo.

Para a transição de governos, medidas são tomadas para que não haja a frustração nessa tomada de poder, e possíveis algazarras anárquicas da constituição demagógica a partir da qual surgiu. Para o fim desses motivos, a ditadura progressista deve ser conduzida e caminhar a uma causa nobre e livre, tornando-se plena no poder temporal, nos assuntos tidos como ligados intrinsecamente ao governo, sem perder o foco de que essa estima deve ser conduzida sem distorcer seus princípios e sem distorcê-los para uma forma viciosa.

Para alcançar a altivez de um governo ditatorial, deve-se estabelecer o predomínio da ordem pública sobre a ordem privada. Só dessa maneira se consolidará uma ditadura republicana, e só assim o país obterá uma liberdade espiritual. Tal regime deixa em evidência a marcha da humanidade.

Todo o social deve trajar vestes de uma ditadura progressista. Lembra-se que para uma ditadura republicana seria necessário um líder forte na condução do

governo, não mais um poder centralizado mesmo que pelo controle de um líder, mas um tomador de opiniões e rumos, aos estados que se direcionaram como um norte a serem seguidos. A favor de um reconhecimento público de tal fim, um sinal de ardor vivo deixado ao esquecimento, há muito tempo, pelas políticas do Brasil. E fundamentalmente para esses princípios como uma das chaves principais do republicanismo, influenciada pelo positivismo, a conjuntura de uma separação entre Igreja Estado.

Esta supressão de poderes já vinha sendo aguardada por algum tempo, algumas vezes até mencionada pelo regime parlamentar, faz valer parte da concepção de Augusto Comte sobre a plena liberdade espiritual. Isso faz parte de um conjunto de medidas por parte dos republicanos socialistas, e de todos aqueles que anseiam e pedem uma liberdade. Visão que pode ser nitidamente vista através do positivismo, que é o detentor da verdadeira ciência social, uma via de regeneração social. Ou uma transformação no entendimento dos componentes de república que tem o livre arbítrio. Do entendimento de suas questões, elaboram alternativas ao que lhe convém, e não alternativas delimitadas pelo estado.

Mas para ponto inicial de uma reforma política seria necessário, de fato, a plena liberdade espiritual, não mais o que se impunha pelo estado, mas sim o que passa a convir ao cidadão. Augusto Comte deixa isso bem claro e também Benjamin Constant, como líder partidário. A almejada liberdade seria necessária para a concretização do problema de determinado período, que vinha forçando goela a baixo todas as suas imposições no consentimento social. O reorganizar a sociedade, o que conscientemente serviria de uma fé comum livremente aceita. A cada sistema social humano, corresponde uma doutrina a lhe servir de base e fim. Desta forma, períodos anteriores causavam marcas, as vezes até definitivas, no rumo da vida social, através de suas crenças e propósitos. Mesmo que precedidos de formas não condizentes à razão e à legitimidade de uma ciência positiva, não se pode minimizar períodos anteriores, já que em cada período existiu a fé de um progresso claro que não impugnado pela ciência.

As civilizações teocráticas e militares conduzidas, por crenças politeístas e o sistema da idade média, permeadas por crenças católicas, deferiram assim o sistema histórico de acontecimentos, transpondo períodos, que caminharam até a chegada do

período industrial. Ponto auge de apreço de Augusto Comte, sistema que traz no seu nascimento, um sistema completo de manejo social, na forma científica, inclusive no enterramento de artes industriais, alçando ainda mais o capitalismo, caracterizado por massas de trabalhadores livres. Na organização desse sistema, o déficit seria arrumado por um remodelamento, na incorporação do proletário. Trabalhadores livres mas atarracados por correntes que lhes prendem ao setor privado, transformados em sujeitos, embora ao trabalho excessivo, longe até de uma égide de ordem e progresso, incumbidos apenas a interesses morais humanos.

Para o desenvolvimento e progresso humanos é de extrema valia que os detentores da indústria cumpram com um trabalho humanitário, onde procurem um defensor das riquezas sociais. É parte importante de suas funções que os trabalhadores sejam dirigidos em condições que assegurem sua dignidade humana, em uma forma adequada para que se formem trabalhadores inteligentes e honestos na honraria de seus compromissos. Mas existem percalços para que os trabalhadores se disponham a cumprir seus compromissos. Apraz uma remuneração digna, para um propósito de crescimento moral e intelectual, antes de qualquer outro. Porém, deve haver participação mais complacente na participação da essência familiar, fazendo que a mulher e filhos desprendam-se dos laços trabalhistas.

Toda a força social será canalizada e colocada sob a condição de um novo poder espiritual, uma nova doutrina, disposta a disseminar as grandes verdades morais e sociais da própria religião demonstrável, e sobretudo a tutela de forças sobre os fracos contra os fortes.

Devemos reconhecer a patologia anárquica de determinada condição social, o que levaria os pensadores da época a repensarem manobras para uma nova modelação de um conjunto uno, em prol de interesses também unos, o que leva a prioridade de uma nova reorganização da sociedade, dependente de uma renovação das opiniões e costumes de determinada época, sendo legítima e incontestável, uma nova doutrina assídua, na forma mental e moral. Deixar que esses rumos sejam traçados e percorridos livremente, desconstruindo perenemente a tutela de injustos e poderosos, detentores de um poder, obstrutores da plataforma desenvolvimentista, que dataria o verdadeiro progresso social. Pleiteando daí a uma necessidade de

instituir a livre liberdade espiritual, para uma assimilação da nova religião, propagada até mesmo a fins universais.

Através de uma ditadura republicana, e para a subida a um estandarte de primeira classe, o positivismo deve ser seguido. A doutrina positivista assegurará tal feito e para isso é preciso uma plena liberdade de exposição, levando em plena pauta todas as doutrinas que possam vir a disputar tal pleito social. A doutrina republicana, demonstra uma liberdade de associação, desde que essa manifestação não venha perturbar a ordem pública. Sendo assim, não haveria degeneração da política em uma tirania, o que não caberia nessa nova doutrina.

Com intenções de exaurir os abusos de tal liberdade, Augusto Comte indica.

“É preciso primeiro suprimir todo obstáculo às comunicações escritas, reduzindo a polícia da imprensa, mesmo fixadas, a obrigação de tudo assinar, completada pela exata indicação dos domicílios de cada autor, com data e lugar de seu nascimento”.

Medidas preclusivas, entre outras, serão tomadas para uma garantia contra abusos de clubes e todas as reuniões públicas livres.

Com a plena liberdade de discussão e reuniões, a população tornar-se-á a melhor fiscal, a melhor vigia da ditadura. Podendo discernir conscientemente quem defende os verdadeiros interesses da humanidade. Os laços com os proletários e seus guias espirituais não hesitaram em se formar, fazendo surgir a força da opinião pública. Aos costumes nacionais essa liberdade espiritual deve estar bem incorporada. A ditadura republicana vem propor uma liberdade vigiada e controlada.

Para o mantimento da ordem material, cabe aos estadistas da república, esse dever e não a função de reorganizar a sociedade, com ações públicas imediatistas, considerando estes despreparados para ações de ordem espiritual. Será através de um livre acordo que o convívio com esses homens dedicados aos estudos sociais e morais, que a ordem será mantida, primeiro pela confiança gradual e verdadeira, para a concretização de uma doutrina social.

Podemos levar em consideração, que de alguma forma o comando escape das mãos do estado, não pertencendo a ele o domínio do controle social, através de correntes anárquicas, como o catolicismo, a metafísica universitária e o matematismo acadêmico.

Para uma limpeza social, bastante marcada por ditaduras monárquicas, seria necessário a dissolução do meio espiritual, havendo pleno domínio temporal. Dessa forma, uma visão futura deveria contemplar a plena divisão do poder espiritual e temporal, uma condição para o progresso. O poder temporal só deveria ter controle sobre os atos sociais.

Devem ser deixadas ao livre arbítrio de cada um, as doutrinas, a opinião, e fé. Uma doutrina estabelecida deveria ser livremente aceita pela população.

Uma ditadura temporal desprendida de toda preponderância espiritual, com fins do desenvolvimento material, deve entregar-se ao livre terreno das outras doutrinas, dado a verificação demonstrável da superioridade mental e moral da doutrina positivista.

Para isso a supressão teórica, é de grande importância. Como Augusto Comte refere:

“Depois de ter assim constituído a plena liberdade de exposição e de discussão, não em virtude de um direito anárquico, porém como garantia de ordem e meio de regeneração, é preciso completa-la pela inteira abolição do orçamento teórico, teológico, metafísico e científico”.

O que seria necessário a esse contexto, seria uma ciência, que viesse a dirigir as massas, em uma verdade educacional, para normatizar essas maneiras velhas e passadas de governar, uma ciência na fé pela qual deve fundar a educação, assim como um estudo compreendendo todas as demais ciências, desde a matemática até a moral, determinando os deveres de cada cidadão, para a conformidade social.